PERIODICOS
APT. AV. GOMES FREIRE 23 IX 77
P.B.-M. 5899

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. I - N.º 16 16 DE SETEMBRO DE 1977

EAESP/FGV
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

0000000315
BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADM DE EMPRESAS
FGV ATT TANIA RODRIGUES MENDES
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Inês Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benício dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 – ; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola.
v. ilust. 30cm. Quinzenal

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola.

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOLDEMANN
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. I nº 16 16 de setembro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Leite: benevolência, balbúrdia e abuso (pág.2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Arroz: grandes estoques versus próximas safras (pág.16)

Cacau: Acordo Internacional: nova faixa de preços depende dos produtores africanos (pág.17)

Cereais: abundância transitória recomenda formação de estoques para prevenir incertezas (pág.19)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Leite: evolução da produção "in natura" e derivados, produtividade do rebanho e distribuição dos tipos B e C (pág.22)

Agroanalysis	Rio de Janeiro	v.1	n.16	p. 1-25	set. 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Leite: benevolência, balbúrdia e abuso

Se, algum dia, resolvêssemos apontar no setor agropecuário, o produto de maior complexidade tanto técnica quanto mercadológica, o leite seria um fortíssimo candidato. É igualmente provável que, à parte o mistério natural das coisas, tal complexidade decorra da grande balbúrdia causada pela ignorância geral a respeito dos meandros do mercado de produtos lácteos no Brasil. Sabe-se, por outro lado, que em mercados extremamente imperfeitos, onde as informações úteis são material escasso, a ignorância da maioria facilita e até promove o abuso de uma minoria bem informada.

O mercado de leite e derivados contém todas as pré-condições de imperfeição. O setor produtivo é bastante numeroso e diversificado em seus interesses: dos 4,9 milhões de estabelecimentos rurais recenseados em 1970, havia 2,2 milhões com alguma atividade pecuária bovina, dentre os quais cerca da metade possuindo gado classificável como leiteiro. Ao mesmo tempo, dos mesmos 2,2 milhões de informantes pecuários, mais da metade (1,25 milhão) tinha nas lavouras sua principal fonte de renda. Desses indicadores se pode inferir o nível relativamente baixo de especialização da nossa pecuária leiteira, quando comparamos estes números aos de outros países mais avançados.

Com efeito, uma parte significativa da nossa produção de leite provém de propriedades cujo rebanho é misto (de corte e leite) e onde a renda familiar é apenas complementada pelo aporte modesto, porém constante, do faturamento diário do leite à cooperativa local. Em recente levantamento estatístico desse fenômeno em Minas Gerais - nosso maior estado produtor - resultados preliminares

indicaram que pelo menos 25% do rebanho é misto. Além disso,por motivos a serem esclarecidos posteriormente, observa-se que o rebanho leiteiro (27% do rebanho total) decresceu no período 70-76, enquanto era positiva (embora pequena) a taxa de crescimento dos rebanhos misto e de corte, no mesmo período.

As características de mestiçagem e diversificação para outras atividades rurais são decorrência da escolha racional que o pecuarista faz da melhor composição de preços entre carne e leite, e entre estes produtos e outros alternativos. Quanto mais incerta for a política de preços (e assim tem sido para o pecuarista), mais diversificada será sua atividade. Por outro lado, o custo da incerteza é sempre a timidez dos investimentos fixos em pecuária leiteira, principalmente os que envolvem a especialização do fator terra pela formação de pastagens artificiais, e as inversões em reprodutores mais puros. À falta de arrojo nessas iniciativas, a produtividade média do rebanho (tanto em termos de corte quanto de leite), continua bastante baixa, gerando insuficiente rentabilidade econômica por hectare nas terras mais férteis ou mais próximas das áreas urbanas. Daí, a crescente expansão do perímetro das bacias leiteiras, e consequente elevação dos custos de frete do leite no percurso das cooperativas regionais até às usinas centrais.

Uma decorrência essencial do baixo grau de especialização e grande atomização da pecuária leiteira é a elevação dos custos da informação. Tornam-se extremamente onerosas, para cada pequeno produtor individualmente, a coleta e assimilação das informações técnicas e de mercado. Em consequência, fica inacessível a absorção tecnológica e impraticável uma correta avaliação das tendências conjunturais de mercado. O produtor conta, muitas vezes, apenas com sua sensibilidade atávica. Tanto é assim, que as áreas de maior desenvolvimento tecnológico e resposta mais imediata às condições de mercado são, normalmente, aquelas onde a empresa compradora da matéria-prima repassa informações técnicas e econômicas.

Os produtores de leite de cada região poderão estar aglutinados de modo formal ou informal em torno de uma cooperativa local ou uma fábrica de laticínios de porte pequeno ou médio. Mas é principalmente, através das usinas centrais de beneficiamento e grandes fábricas supra-regionais que se estabelece o elo de ligação e efetivo controle do fluxo de leite entre um grupo atomizado de produtores e o imenso público consumidor.

A grande indústria de laticínios é representativa da tremenda complexidade do setor, cuja faixa de atuação vai desde o próprio beneficiamento do leite "in natura" para consumo direto sob os tipos C ou B, até a decomposição dessa matéria-prima em sub-produtos, tais como queijos, manteiga, leite em pó integral, magro ou desengordurado, iogurtes, leite condensado, e assim por diante. Fundamental para se compreender a extensão do poder de barganha da grande indústria laticinista é, em primeiro lugar, atentar para o reduzido número de concorrentes na intermediação final do leite, o que eleva o grau de cooperação tácita entre os participantes. Em segundo lugar, é essencial a avaliação da versatilidade da grande indústria de beneficiamento: uma vez recebida determinada quantidade de leite "in natura" e respeitadas as relações básicas entre extrato seco e gordura aí contidos, a indústria pode transformar a matéria-prima em uma quantidade variável de queijos, em relação a quantidades igualmente variáveis de outros sub-produtos, bem como fornecer diretamente o leite em estado fluido aos consumidores.

Acresce à diversidade da pauta de opções da indústria, a complexidade artificial criada pela quase completa carência de dados estatísticos da produção de leite e derivados no país. Em vista disso, o governo toma decisões geralmente sob pressão; em contrapartida, procura estabelecer um regulamento de inspeção bastante rígido, e promove severo controle de preços sobre o leite "in natura" e alguns sub-produtos.

É fácil imaginar que num mercado imperfeito, de forte conteúdo oligomorfo na intermediação final da matéria-prima, nenhuma das duas pontas - produtores e consumidores - tem muita chance de se fazerem representar. Os primeiros, pelo seu baixo grau de colusão, e porque seu rol de alternativas econômicas não está no próprio setor leiteiro mas fora dele (no gado de corte ou nas lavouras). Os consumidores, por sua vez, têm morgado na santa inocência a respeito da qualidade dos produtos que lhes são servidos e revelado meiga aceitação dos preços do rótulo, embora a situação tenda a evoluir rapidamente no sentido do alarme e da revolta, à medida em que o abuso criminoso em relação a certos produtos permaneça impune por muito tempo.

As autoridades do país, no passado e no presente, têm tido duas preocupações básicas: zelar pela qualidade do leite e seus derivados e controlar os preços fixados pela grande indústria oligopolista. A origem dessas duas preocupações parece ser, quanto à qualidade, a segurança e saúde da população, e quanto ao preço, a evolução do índice do custo de vida. A exigência de padrões de qualidade bastante rígidos cria o risco de estes não serem praticados e, portanto, caírem em desuso e desmoralização. Por outro lado, o controle de preços é inimigo do padrão de qualidade, principalmente quando este último pode ser facilmente desrespeitado.

O governo vem optando, historicamente, por estabelecer controle rígido sobre o preço do ítem de consumo "popular" - o leite pasteurizado tipo C - que sofre a discriminação do tabelamento. A manteiga, por sua vez, tem na margarina um controle natural de preço por concorrência. Os queijos e o leite em pó, apesar do controle do CIP, têm a vantagem de não serem ítens de consumo "popular". Os preços dos demais sub-produtos de consumo mais sofisticado são relativamente livres. Desta forma, é lógico que a indústria seja estimulada indiretamente à produção dos derivados de preço livre e de consumo sofisticado, além dos derivados menos popula-

res de elevada ponderação na renda industrial (os queijos e o leite em pó). O leite tipo C, de preço tabelado, pode ter interesse social, mas não tem interesse industrial.

Assim, é óbvio que as autoridades se encontram diante de um quadro propenso à balbúrdia e ao abuso. Em síntese, acumularam-se quatro motivos principais, já discutidos: primeiro, a grande indústria oligopolista, fornecedora de leite fluido e derivados, que dispõe de elevado nível de pressão sobre o rumo das decisões de governo, não contrariada por produtores ou consumidores ; segundo, a versatilidade técnica da matéria-prima, cujo controle de qualidade é difícil pelas inúmeras decomposições ou recomposições de que o leite é passível, especialmente no caso de se permitir a adição de água através de reidratações; terceiro, o controle de preços que induz à redução de oferta dos ítens tabelados, bem como ao desrespeito dos padrões de qualidade dos produtos, em detrimento dos consumidores; quarto, a falta de estatísticas de produção e distribuição confiáveis e contemporâneas às decisões governamentais.

Resta explicar a etiologia das crises de abastecimento de leite, crônicas nos últimos anos, e o resultado até agora desastroso de uma política, por certo bem intencionada, de importações de leite em pó para fins de reidratação. Aos ingredientes já adicionados, temos que discutir apenas mais duas associações: primeiro, o fator climático de rotina - chuvas (safra) e seca (entressafra); segundo, a estreita associação entre a pecuária de corte e de leite no Brasil, ou por outra, entre o preço da arroba para corte e o preço do leite.

O primeiro fator - safra e entressafra - é o que define as variações da oferta de leite dentro do período de 1 ano. Na safra, de dezembro a maio, os produtores dispõem de pastagens verdes e enviam leite, até em excesso, às indústrias. Na entressafra , de junho a novembro, por falta de complementação alimentar adequada

os úberes definham, acarretando crises do abastecimento, embora apenas do leite tabelado, pois a produção de leite recebida nas usinas e indústrias se encaminha prioritariamente à produção de queijos e outros produtos sofisticados a preços livres. Obviamente, as variações estacionais da oferta são sempre momento propício às especulações, aos boatos falsos e ao abuso. Impõe-se, portanto, a ativação de estoques reguladores diversificados de produtos lácteos.

O segundo fator - relação entre os preços da arroba do boi e do leite - decorre das características de mestiçagem e diversificação já discutidas. Sua influência é vital, embora até aqui muito pouco relatada e quase nada discutida. Tal associação atrela o nível da oferta de leite, em cada ano, à conjuntura do ciclo pecuário de corte cujas flutuações têm definido, com grande precisão, as épocas de crise do abastecimento de leite, seja por escassez, seja por excesso. Não obstante, como pouco se estudou o ciclo pecuário de corte no Brasil, muito menos se sabe de sua possível associação com a evolução do "ciclo do leite". Em AGROANALYSIS nº 10, apresentamos o ciclo pecuário e suas consequências. Reportando-nos àquela análise, apresentamos agora, na tabela e gráfico 16.A, uma justaposição entre o ciclo de preços da arroba de corte e o ciclo de preços do leite,recebidos pelos pecuaristas do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, a aderência de uma série de dados à outra é altamente sugestiva, revelando uma correlação de 64%. A explicação parece lógica: em qualquer período de preço máximo do boi (convenção A), o preço do leite tende a ser máximo porque nessa época, muitos pecuaristas já reduziram ou mesmo eliminaram fornecimentos de leite para poder alimentar unicamente os bezerros, cujo preço também é máximo dentro do ciclo. Quando, então, o ciclo entra no quadrante de baixa, os pecuaristas reduzem, inicialmente,seu plantel de bezerros,compensando parte da renda perdida pela queda dos preços do gado de corte com maiores vendas de leite. A maior oferta de leite, por sua vez, reduz drasticamente o preço dessa matéria-prima.

TABELA 16.A

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO BOI GORDO E DO LEITE, AO NÍVEL DO PRODUTOR EM SÃO PAULO, 1960-77 (Em termos reais, preços de dezembro de 1976) 1/

Convenções: A = limite de alta; B = limite de baixa; AP = alta parcial, em quadrante de baixa.

ANOS	CICLO I 2/		ANOS	CICLO II		ANOS	CICLO III	
	BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l		BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l		BOI GORDO Cr$/@	LEITE Cr$/100 l
						1970	135,03	142,8
						1971	153,88	143,4
1960	136,91	123,8				1972	165,82	144,9
1961	145,44	152,5	1965	118,87	146,9	1973	216,54	161,8
1962	146,43 A/	158,7 A/	1966	164,65 A/	157,0 A/	1974	225,70 A/	193,8
1963	133,23	144,5	1967	134,22	152,1	1975	190,06	221,1 A/
1964	117,07 B/	153,1 AP/	1968	119,58	144,4	1976	166,27	197,0
			1969	110,07 B/	146,8 AP/	1977 3/	157,11 B/	222,0 AP/

1/ Deflator: I.G.P. col.2 da Conjuntura Econômica

2/ Ciclo incompleto por falta de dados de preço do leite

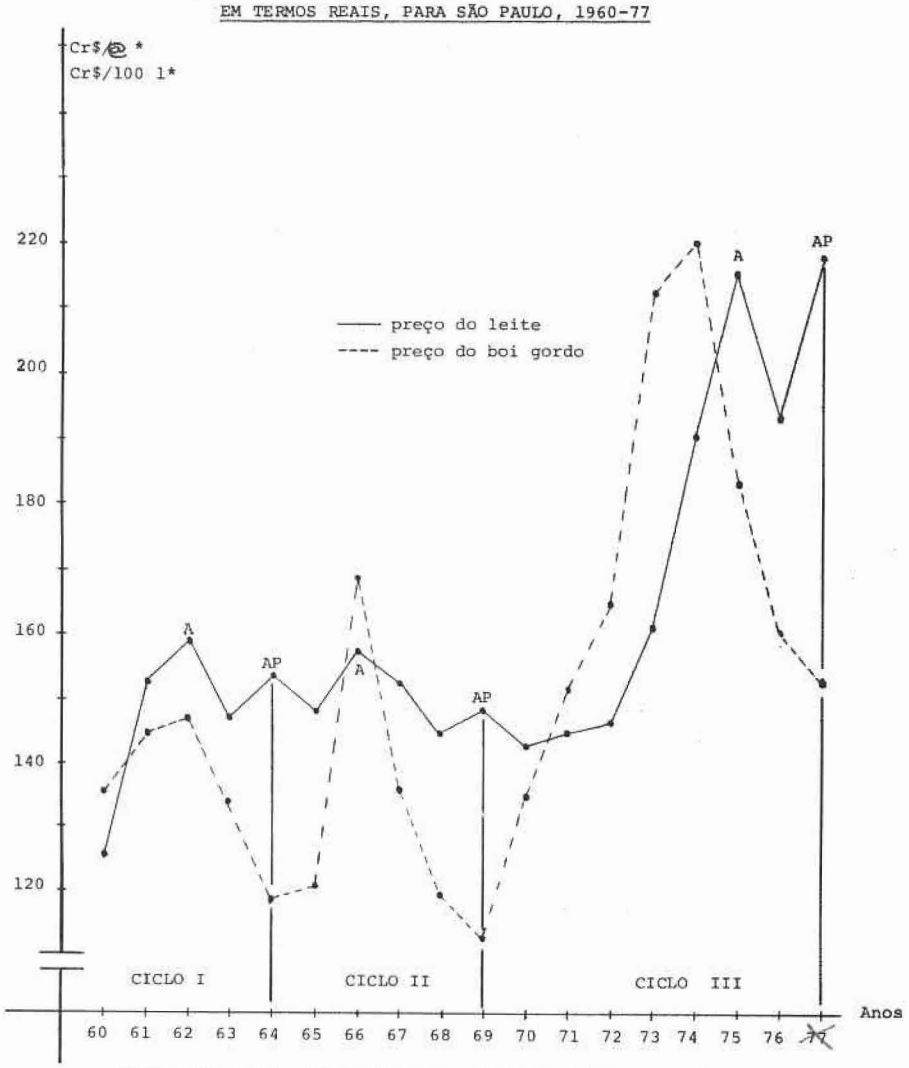
3/ Estimativa preliminar GIA

Fonte: IEA/SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SÃO PAULO

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

GRÁFICO 16.A

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS DO BOI GORDO E DO LEITE EM TERMOS REAIS, PARA SÃO PAULO, 1960-77



* preços constantes de dez.76 - Deflator I.G.P. col. 2

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(16): , set. 1977

Finalmente, no período de maior baixa do preço da arroba do boi (convenção B), o plantel de vacas é rapidamente reduzido, eliminando a própria fonte de produção, o que provoca uma alta parcial (AP) do preço do leite no mesmo ano em que a arroba é cotada mais baixo e cresce enormemente o abate de matrizes. É o que vem sucedendo em 1977 (além da estiagem do início do ano, agravante da crise), bem assim foi o que sucedeu em 1964 e 1969.

Num aspecto, porém, diverge a experiência do ciclo do leite: é pela maior eficácia da intervenção do governo sobre os preços, tanto a nível do produtor quanto a do consumidor. Com efeito, o ciclo III descrito na tabela e no gráfico 16.A mostra que o quadrante de baixa do preço do leite, após 1974, é ambíguo. Salvo a queda do preço real em 1976, o preço do leite ao produtor vem crescendo bastante desde 1974, apesar da queda dos preços da arroba do boi. Tal desvio só se pode explicar por uma mudança às regras impostas até então.

No âmago desse comportamento heterodoxo, estão as novas variáveis de mercado introduzidas pela política leiteira dos últimos anos, todas elas nascidas sob o signo da benevolência. Dentro do próprio governo, as autoridades responsáveis pelo fomento agropecuário percebiam a estagnação da pecuária leiteira. A solução imaginada teria que comportar uma exigência de evolução tecnológica do lado da produção e, ao mesmo tempo, contornar o problema do tabelamento do leite fluido, cuja liberação parecia politicamente inviável.

Era preciso inventar algo novo. Criou-se, então, a figura do leite tipo B, que exige investimentos na propriedade rural, embora tenha preço liberado em todos os níveis de comercialização. Esta solução configurou-se, imediatamente, na opção tecnológica dos pecuaristas mais modernos e mais próximos aos grandes centros, e paralelamente, num novo e lucrativo uso do leite recebido pelas usinas de beneficiamento. Esta benesse governamental tem ge-

rado ganhos extraordinários aos pecuaristas inovadores, e lucros proporcionalmente elevados no âmbito da comercialização. Os consumidores bem informados e de alta renda pagam mais, sabendo que vale a pena. Os demais, por falta de oportunidade de escolha, se satisfazem com o que se lhes serve, que serve também à tabela e aos índices.

Infelizmente, a permissão de convivência entre dois tipos de leite fluido no mercado, um a preço tabelado e o outro a preço livre, corresponde a se passar um atestado de óbito por antecipação ao tipo C tabelado. O leite C tende a desaparecer pela coincidência de interesses de produtores, consumidores e indústria: aos produtores, porque se lhes dá, pela primeira vez, um preço capaz de remunerar a moderna tecnologia leiteira no campo; à indústria, porque se lhes permite uma generosa margem de comercialização com total liberdade; e aos consumidores, desde que reconheçam que a diferença de qualidade, por falta de controle do tipo C, não compensa seu preço mais acessível.

A conjunção dos interesses de produtores, consumidores e indústrias em favor do leite tipo B não seria, entretanto, causa suficiente para o desaparecimento do produto tabelado, pois até mesmo os pecuaristas do leite C acabaram de receber, neste ano, de março a julho, um reajuste parcelado de 52% que coloca o produto na mais favorável conjuntura de preços dos últimos 27 anos. Um estímulo dessa natureza, serviria, por sí só, para contornar o problema da escassez motivada pelo grande abate de matrizes e pela estiagem do início deste ano. Além disso, o grande mercado consumidor de baixa renda continua, como antes, demandando leite cuja principal qualidade é ser barato.

Acontece, porém, que a benevolência governamental não pode correr riscos de curto prazo. Argumenta-se que os mecanismos de correção de mercado são lentos e pouco confiáveis. Por outro lado, adiciona-se, porque correr riscos na transição entre os

tipos B e C, quando o mercado internacional de leite em pó é favorável na base de 1:5? O leite em pó desengordurado é adquirido da CEE por um preço que chega a ser cinco vezes menor que o custo interno de produção do mesmo equivalente. Seria desperdiçar a abundância externa (motivada por abundantes subsídios), diante da escassez interna (originada pela escassez de políticas). Assim se explica a presença do leite em pó importado, cujos volumes ano a ano vêm crescendo (apesar de serem semi-secretos os dados mais recentes). A reidratação do pó importado compõe a causa mortis final do tipo C.

A mecânica imposta aos agentes da intermediação exige máximas importações de leite em pó (se possível, o de consumo animal, por ser mais barato) adicionado à água potável clorada e emagrecido a 2% de gordura no máximo. Quanto pior for a qualidade do leite reidratado, e quanto mais alto for o preço exigido por este leite de inferior qualidade, maior será a propensão do consumidor a escolher o tipo B, como alternativa de segurança e padrão organoléptico.

Se, por um lado, os intermediários têm interesse em aumentar ao máximo a opção pelo tipo B ao preço deliberado pelo cartel, não interessa incrementar o recebimento de leite B dos produtores, pois tal procedimento elevaria o custo de aquisição da matéria-prima. Mais tarde, no entanto, por força das circunstâncias, o leite C integral recebido poderia obter a classificação B para venda ao consumidor, já que o antigo C é agora reidratado. A face religiosa da economia do leite fluido é que o leite tipo C, uma vez morto, pode sempre ressurgir como tipo B, desde que haja suficiente pó importado para compensar a drástica "queda" nas entregas de leite C à plataforma das usinas (ver Notas Estatísticas). A julgar pelo recente aumento das vendas de leite classificado como B, concluiríamos que a nossa pecuária leiteira vem experimentando inusitado avanço tecnológico.

O sistema de importações de pó desengordura-

do também desarticulou o equilíbrio instável entre a grande indústria processadora de leite e as fábricas regionais de queijos e manteiga. Estas últimas, por não fornecerem leite ao consumidor, perdem a vantagem de emagrecer o leite tipo C recebido, retirando-lhe 2% de gordura para fabricação de manteiga com subsídio implícito do governo. Como o volume de leite emagrecido a 2% foi superior ao leite reidratado, formou-se um grande estoque nas mãos das grandes indústrias,que a custo subsidiado, provocaram verdadeiro "dumping" no mercado de derivados eliminando a margem de lucro dos pequenos fabricantes de queijos e manteiga. A par disso, os governos estaduais eliminaram a restituição do ICM sobre o queijo, ao mesmo tempo em que as importações do produto vêm crescendo, e com perspectivas de amplas aquisições provenientes da Argentina no próximo ano, já autorizadas no âmbito do DIPOA.

Assim, entre as empresas de porte regional, não distribuidoras de leite, há desânimo e reclamação; entre as grandes indústrias há um poderoso silêncio, coroado pelos sólidos resultados da sua lucratividade nos últimos anos. Dados de "QUEM È QUEM" - VISÃO apontam que o indicador lucro/patrimônio líquido das maiores Sociedades Anônimas do setor de laticínios elevou-se em quase 1%, passando de 15% em 74 e 75 para 15,9% em 76, acima da média obtida na indústria de alimentos. Este desempenho favorável vem provocando investimentos de grupos nacionais e multinacionais desejosos de participar das vantagens da intermediação de produtos lácteos.Neste sentido, é de se esperar sensíveis câmbios na estrutura industrial do setor, pela elevação da capacidade média de processamento.

Em resumo, pode-se concluir que a persistente ambiguidade de características no setor laticinista é responsável, em grande parte, por sua excessiva complexidade. Aí convivem, em temerária dualidade, derivados sofisticados, de padrão internacional, ao lado de produtos populares de qualidade duvidosa, numa coexistência forçada tanto por equívocos na política de preços e fiscalização inadequada, como certamente, por sérios vieses nas distribui

ções da renda e da informação.

Do lado da produção, conforme vimos, também se observa uma economia dual, ou mesmo tripartite: num primeiro grupo, aqueles pecuaristas que já recebem mais de Cr$ 4,00 por litro de leite tipo B (acima do atual preço norte-americano, em torno de Cr$ 3,70); no outro grupo, os fornecedores do leite classificado como C, sub-divididos entre aqueles que teriam condições de se modernizar e os produtores de pecuária mais primitiva e intermitente. Os preços médios comparados dos últimos quatorze anos entre EUA e Brasil (São Paulo), na Tabela 16.B , revelam a persistência da política de tabelamento ao nível do produtor, embora seja evidente a elevação do preço relativo brasileiro a partir de 74, quando não só mais produtores puderam entrar no mercado de leite B, como também pelo esforço de recomposição dos próprios preços tabelados do tipo C.

TABELA 16.B

COMPARAÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE LEITE NOS EUA E NO BRASIL, 1963-76

Todos os valores em Cr$ por litro 2/

ANOS	EUA 1/ (1)	BRASIL (S.Paulo) (2)	Paridade EUA/Brasil (SP) (1)÷(2) = (3)
1963	2,62	1,44	1,82
1964	2,61	1,53	1,71
1965	2,62	1,47	1,78
1966	2,89	1,57	1,84
1967	2,94	1,52	1,93
1968	2,94	1,44	2,04
1969	2,93	1,47	1,99
1970	2,87	1,43	2,01
1971	2,83	1,43	1,98
1972	2,84	1,45	1,96
1973	3,17	1,62	1,96
1974	3,31	1,94	1,71
1975	3,16	2,21	1,43
1976	3,33	1,97	1,69

1/ A conversão dos US$ foi realizada à taxa Cr$ 12,44, acrescida de 25% de ágio pela sobrevalorização cambial.

2/ Médias anuais de preços, constantes de Dez.76; Deflator: I.G.P. col. 2, Conjuntura Econômica

Fonte: COMMODITY YEARBOOK 1976, IEA

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

A mesma dualidade de preços se observa ao nível do consumidor: o nosso leite tipo B é mais caro que o seu equivalente em litro, de superior qualidade, no varejo norte-americano; mas o leite C reidratado é substancialmente mais barato (e inferior). Por motivos já expostos, a dualidade persistirá enquanto houver tabelamento do tipo C, as usinas forem cartelizadas e, principalmente, se permitirem as importações de leite em pó para fins de reidratação.

Uma maior oferta de leite B, como é potencialmente possível do lado da produção, mormente nas bacias leiteiras do Centro-Sul, reduziria o seu preço no varejo. Paralelamente, a menor oferta do tipo C pressionaria para cima o preço da tabela. Ao aproximar-se uma convergência de preços e de qualidade se poderia exigir uma tipificação única do leite integral a ser vendido ao público com exigências mínimas de contagem bacteriológica e padrão organoléptico. Tal só seria possível com uma terminante proibição da reidratação, mesmo durante a entressafra. Esta proibição é uma medida da maior urgência e indiscutível vantagem nutricional.

A reunificação dos tipos de leite numa só categoria a preço livre só seria viável mediante a simultânea ativação de um programa competente de estoques reguladores diversificados de derivados: leite em pó desengordurado, manteiga e queijos. Qualquer outra medida de caráter menos sistêmico e abrangente arca com o risco de promover ainda mais balbúrdia, mais atentados à saúde pública e mais tranferência de renda para os segmentos privilegiados do setor laticinista.

Levando em conta que o leite é decomposto em componentes fixos, a estocagem de leite em pó na safra deve ser acompanhada da estocagem de manteiga. Caso contrário, seria beneficiar a indústria distribuidora de leite em detrimento das fábricas de queijo e manteiga. Mais ainda, os queijos estocáveis não podem ficar excluídos do programa, uma vez que a presença de estoques de

.leite em pó na entressafra provocaria a pretensão da indústria em reidratar o pó, liberando o leite recebido "in natura" para fabricação de queijos e outros produtos sofisticados.

A recente proposta, ora em estudos avançados, de inclusão do leite em pó na pauta de preços mínimos para a próxima safra, tem a vantagem de transferir para os produtores nacionais as rendas que o país atualmente paga aos fornecedores estrangeiros e importadores nacionais. É preciso, porém, não esquecer que um programa de estocagem diversificada protege a renda do produtor com maior eficácia, e não exige que o governo interfira no mercado adquirindo volumosos estoques. O programa de estocagem diversificada experimentado em 1975 e 1976 só não colheu melhor resultado pelo atraso na concessão dos créditos e falta de uma gerência dinâmica dos recursos.

Mais importante ainda, é levar-se em consideração o caráter oligomorfo da intermediação. Evidentemente, o governo que se comprometer a adquirir uma quantidade indiscriminada de leite em pó a preço mínimo, torna-se, depois, dependente da mesma indústria que poderá, ou não, aceitar de volta esses estoques para reidratação. Cria-se, assim, um círculo de envolvimento pelo qual o governo, dispondo de matéria prima, não pode comercializá-la sem transferir mais subsídios ao cartel de distribuidores de leite. O abuso máximo, porém, seria o próprio governo financiar estoques de leite em pó que, ao invés de se destinarem ao uso industrial, viessem a perpetuar o intragável recurso à reidratação, infelizmente cada vez mais disseminado.

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ARROZ

Os resultados da comercialização da safra recorde de arroz em 75/76, apesar de insatisfatórios para os produtores, não foram suficientes para provocar uma redução significativa na área plantada na temporada 76/77. Os produtores esperavam que o mercado se recuperasse este ano, o que, entretanto, não ocorreu.Assim,a poucas semanas do início do plantio, os rumores de forte redução da área plantada se tornam constantes, fazendo crer que a possibilidade de uma menor safra deverá se concretizar.

Por outro lado, os estoques oficiais, estimados em 1,5 milhão de t, comparados ao nível do consumo interno (cerca de 7,5 milhões de t), tornam remota a possibilidade de acentuada escassez, acompanhada de aumento substancial dos preços no próximo ano.

Na tentativa de estimular a recuperação dos preços, setores da classe produtora sugerem a alternativa de uma maior participação no mercado internacional, o que parece inviável na medida em que nosso produto encontra-se gravoso. Obstáculos importantes à maior participação brasileira no mercado internacional do arroz situam-se na falta de tradição do país como exportador líquido do produto,bem como na distância dos principais importadores.

Tendo em vista a crescente participação governamental na comercialização do arroz, o preço mínimo passou a desempenhar um papel ponderável nas intenções de plantio dos produtores. Neste sentido, observa-se que a principal reivindicação dos orizicultores situa-se nesta área. A fixação do preço mínimo para a safra 77/78 em nível considerado insatisfatório pelos produtores,teria como

.consequência uma redução do plantio com a resultante reativação do mercado, à época de comercialização. Isto permitiria ao governo escoar parte de seus estoques, limitando o consequente aumento do preço. Se, por outro lado, a safra 78/79 for contemplada com preço mínimo mais elevado, haverá estímulo à produção e redução dos riscos de crise de abastecimento.

Além de compatível com os objetivos anti-inflacionários, esta política poderá alcançar bons resultados quanto à reativação do mercado e à adequação dos estoques aos níveis de segurança (cerca de 600 mil t).

No entanto, a implementação dessas medidas é sempre acompanhada de riscos, por exemplo, quebra de produção devido a fatores climáticos - já que menos de 30% da produção é obtida em lavouras irrigadas - o que resultaria em crise de abastecimento no curto prazo. Resta especular se a consecução dos objetivos governamentais não compensaria esses riscos.

*** CACAU

Ao término da reunião do Conselho Internacional do Cacau, realizada em Londres em fins de julho, subsistiu um impasse relacionado à nova faixa de preços máximos e mínimos para a formação e movimentação dos "buffer stocks", a vigorar nos anos de 1978 e 1979.

Naquela reunião, a delegação brasileira tencionava negociar a nova faixa (US$ 0,65 - US$ 0,81/libra-peso de amêndoa), proposta pelo presidente do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau. Essa intenção, no entanto, esbarrou na posição inflexível de determinados países africanos. Como consequência direta do impasse, a Aliança dos Países Produtores convocou uma reunião

extraordinária para os dias 15 e 16 de setembro, em Lomé, a fim de se chegar a um consenso sobre a aceitação da faixa de preços proposta, que corresponde a uma elevação de 2/3 em relação à atual. O resultado desse novo encontro será submetido, em seguida, ao Conselho Internacional do Cacau, em reunião prevista para 19 e 20 de setembro, em Londres. A urgência dessas reuniões é evidenciada pelo fato de que, em 30 de setembro, expira o prazo para a assinatura da renovação do Acordo Internacional do Cacau.

Para o Brasil, cuja participação no mercado mundial tem aumentado firmemente nos últimos anos e pretende assumir a liderança nesse mercado, as vantagens de se conseguir um consenso são bem visíveis. Isto porque, a médio prazo, a produção do cacau apresenta variações cíclicas, encetadas quase sempre por fatores climáticos. Assim, após dois anos de safras reduzidas por adversidades climáticas, com reflexos altistas sobre o preço, as próximas safras mundiais poderão ser abundantes, resultando em reversão na tendência das cotações internacionais.

Por outro lado, no plano do consumidor final, há indícios de reação aos altos preços atuais dos produtos de chocolate, no sentido de retração do consumo. A ocorrência simultânea desses dois eventos - safra abundante e consumo em declínio - provocaria fatalmente uma queda abrupta nas cotações da amêndoa e dos derivados do cacau.

Dentro dessa ótica, a nova faixa de preços para os "buffer stocks" poderá constituir-se em garantia de que os preços internacionais não serão aviltados, a ponto de não remunerar os custos de produção.

Releva mostrar ainda que os permanentes investimentos que o Brasil vem fazendo na cacauicultura, no sentido de aper

feiçoamento tecnológico (novos plantios, renovação de cacauais velhos, introdução de novas técnicas culturais, etc), não apresentam retornos imediatos. Daí, a permanecer por mais dois anos a faixa atual (US$ 0,39 - US$ 0,55/libra-peso) - automaticamente prorrogada na ausência de unanimidade dos países produtores - há possibilidade de que a nossa produção venha a ser gravosa em relação ao mercado mundial, caso ocorra um ou os dois eventos comentados acima.

Nesta hipótese, o ramo ascendente do ciclo de produção, motivado por investimentos realizados em períodos de altas cotações, como ocorre atualmente, poderá ser interrompido, em prejuízo dos próprios países consumidores, que já tem seu parque industrial instalado e hábitos de consumo cristalizados.

*** CEREAIS

Mais um ano de abundância de cereais e estoques mundiais recordes justificam os preços atualmente baixos desses produtos no mercado internacional. Os excedentes exportáveis dos principais produtores chegaram a níveis tão elevados que os preços não reagem, mesmo depois de grandes importações de milho e trigo, efetuadas pela URSS e pela China este ano.

Curiosamente, há pouco mais de três anos o suprimento mundial de cereais era considerado precário, os estoques dos principais produtores caíam a níveis alarmantes, enquanto os preços registravam altas surpreendentes. Na época, não foram poucos os pronunciamentos e alertas de instituições internacionais, sobretudo a FAO, quanto a um iminente colapso na disponibilidade mundial de alimentos. A situação era particularmente grave para os países do Terceiro Mundo, dadas as desigualdades acentuadas na distribuição da renda mundial, bem como as elevadas taxas de crescimento da população daqueles países.

No final da década passada, os estoques de milho nos EUA - maior produtor, respondendo por 43% da produção mundial - estavam em torno de 30 milhões de t. A partir de 1971, as reservas norte-americanas passaram a declinar rapidamente, atingindo 9,1 milhões de t em outubro de 1975. Os preços internacionais do milho triplicaram entre 1971 e 1974, acompanhando a redução dos estoques nos EUA. Da mesma forma, os estoques norte-americanos de trigo declinaram de 23 milhões de t, em 1972, para apenas 6,7 milhões em 1974, resultando em um incremento de mais de 200% no preço do produto no período 1971/74.

A recuperação da produção mundial, encorajada pelos elevados preços e pelos esforços dos países produtores em recompor o nível dos estoques, deu-se a partir de 1974. Nos EUA, a produção de milho e trigo expandiu-se mais rapidamente do que a demanda, resultando num acentuado crescimento dos estoques, que atualmente situam-se em torno de 30 milhões de t de trigo e 23 milhões de t de milho. A URSS, por outro lado, depois da frustrada colheita de cereais em 1975, deverá repetir este ano o bom desempenho da produção de 1976, o que deixará os soviéticos menos dependentes das importações dos EUA. Prevê-se, portanto, pelo menos até meados do próximo ano, a continuação dos baixos níveis dos preços dos cereais no mercado internacional.

Para o Brasil, a situação mundial realça os problemas a serem enfrentados internamente. Em primeiro lugar, a grande safra de milho deste ano gerou um excedente exportável de 2,5 milhões de t, das quais pouco mais de 950 mil t foram embarcadas até fins de agosto e o restante dificilmente poderá ser comercializado até o final do ano, dada a gravosidade dos preços internos vis-à-vis os internacionais. Em segundo lugar, a conjuntura baixista dos preços do trigo reforça os argumentos daqueles que, insensíveis aos desdobramentos de longo prazo, recomendam o término do subsídio à produção nacional, em benefício do aumento das importações. Em terceiro

lugar, nossa insuficiente capacidade armazenadora de grãos ficou demonstrada este ano com a produção recorde de milho, o atraso na comercialização da soja, a entrada de grande safra de trigo e a existência de grandes estoques de arroz.

Preços de mercado desencorajadores, preços mínimos aquém das expectativas e custos de produção elevados, são indicadores não muito otimistas do que poderá vir a ser a próxima safra de grãos brasileira. Paralelamente, uma posição de exagerada confiança na perpetuação da atual abundância mundial de cereais (o que poderia compensar, via importações, uma eventual redução da produção brasileira) poderá trazer consequências indesejáveis, pois não é seguro que a atual super-produção se mantenha indefinidamente. Neste sentido, convém destacar os esforços norte-americanos para reduzir a safra de cereais do próximo ano: como os preços de mercado estão próximos dos preços de suporte estabelecidos, grande parte da produção é canalizada para os estoques do governo, sob o programa de empréstimos aos produtores agrícolas norte-americanos. Isto tem pressionado a capacidade de estocagem nos EUA e o governo decidiu pagar aos agricultores para reduzirem o próximo plantio em 20% no caso do trigo, e estudar uma redução de 10% no caso de grãos forrageiros.

Assim, embora estejamos atravessando a fase mais auspiciosa da oferta mundial de cereais, não devemos esquecer a experiência ainda muito próxima da escassez de 1973/74. Portanto, as incertezas que hoje acompanham os prognósticos da próxima safra brasileira devem ser consideradas juntamente com a possibilidade de uma menor produção mundial de grãos, a partir de 1978/79. Em termos de planejamento de médio prazo, estas considerações recomendam,desde já, um esforço no sentido de se assegurarem reservas suficientes de cereais para o próximo ano, evitando-se, assim, que o país seja colhido pelas eventuais vicissitudes do mercado.

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(16):16-21, set. 1977

NOTAS ESTATÍSTICAS

As estatísticas sobre a produção e distribuição de leite no país são extremamente precárias, não só pela falta de coleta sistemática de dados como também pelo desconhecimento da parcela auto-consumida. Assim, tecer considerações sobre a evolução do setor, baseadas apenas em séries históricas, torna-se tarefa penosa, pois requer o exercício abusivo da imaginação.

A produção de leite, estacionária no período 71/73, cresceu rapidamente no período 74/76, revelando um incremento superior às expectativas (Tabela 16.C).

Observa-se que, no período 70/76, a produção de queijo e manteiga cresceu mais do que proporcionalmente à produção de leite no país (90% para o queijo e 187% para a manteiga), refletindo o quadro estrutural da distribuição de renda do país, que permite maiores dispêndios com produtos nobres, de preços elevados, tais como o queijo, a manteiga e o iogurte.

Contudo, tais estimativas podem ser válidas para indicar a tendência do crescimento da indústria laticinista. No Brasil, esta indústria tem crescido a taxas anuais acima da média mundial de 5% a.a. e, paradoxalmente, as taxas brasileiras de crescimento industrial do setor são sensivelmente superiores ao próprio crescimento da produção leiteira.

Para tentar desmistificar o problema da falta de resposta às inovações tecnológicas da pecuária leiteira, os dados da tabela 16.D, relativos ao estado de Minas Gerais, atestam a adoção de inovações técnicas por parte dos pecuaristas. Enquanto a carga bovina praticamente não sofreu alterações no período em análi-

se, a produção de leite por hectare e por vaca duplicou. Tais resultados foram alcançados, mais provavelmente, com suplementação alimentar e melhoria do potencial genético do rebanho, do que através da melhoria de pastagens.

A Tabela 16.E evidencia o crescente aumento da participação do leite tipo B na distribuição total do produto na cidade de São Paulo, onde, no mês de junho de 76, respondeu por 45% do total do leite B e C distribuído.

Nos anos 75 e 76, as maiores percentagens de participação ocorreram nos meses de abril, maio e junho - início normal da entressafra. Em 77, a estiagem foi antecipada para fevereiro e março, seguida por breve recuperação dos pastos em maio. A produção do tipo C foi diminuída, em favor da participação do leite B, desde que houve redução do volume total de leite produzido. A matança indiscriminada de fêmeas também contribuiu para agravar a produção leiteira, ocasionando déficits em plena época das águas.

Vale ressaltar ainda que, sob a categoria de leite C, é comercializado o produto reidratado. Assim, a participação do leite B, comparada somente com a do leite "in natura" tipo C, torna-se substancialmente maior, posto que o volume de leite reidratado não é desprezível.

TABELA 16.C

BRASIL: PRODUÇÃO DE LEITE, QUEIJO E MANTEIGA 1970/76 1/

ANO	LEITE (1.000 l)	QUEIJO (kg)	MANTEIGA (kg)
1970	7.125.242 (100,00)	59.630.114 (100,00)	18.537.724 (100,00)
1971	7.109.430 (99,78)	67.480.147 (113,16)	31.063.954 (167,57)
1972	7.141,607 (100,23)	76.628.067 (128,51)	33.204,440 (179,12)
1973	7.536.536 (105,77)	78.257.692 (131,24)	33.474.815 (180,58)
1974	8.759.716 (122,94)	77.797.167 (130,47)	48.693.998 (262,68)
1975	9.711.558 (136,30)	98.549.832 (165,27)	...
1976	10.202.000 (143,18)	113.335.524 (190,06)	53.216.819 (287,07)

1/ Entre parênteses - índice - 1970 = 100
... Dados não disponíveis
Fonte: DIPOA, SUPLAN
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 16.D

MINAS GERAIS: EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES ZOOTÉCNICOS DA PECUÁRIA LEITEIRA 1/

ÍNDICES ZOOTÉCNICOS	1950	1960	1970	1976
Carga Bovina (cabeças/ha)	0,585 (100,00)	0,711 (121,54)	0,731 (124,96)	0,658 (112,48)
Vacas Ordenhadas/Rebanho (%)	25,1 (100,00)	19,2 (76,49)	23,9 (95,22)	21,8 (86,85)
Litros de Leite/Ano/ Vaca Ordenhada	814 (100,00)	1097 (134,77)	1130 (138,82)	1622 (199,26)
Litros de Leite/Ano/ Nº Cabeças do Rebanho	250 (100,00)	211 (84,40)	270 (108,00)	353 (141,20)
Litros de Leite/Ano/ ha de pastagens	119 (100,00)	150 (126,05)	197 (165,55)	232 (194,96)

1/ Entre parênteses - Índice - 1950=100
Fonte: FIBGE, GERFAMIG
Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 16.E

DISTRIBUIÇÃO E RELAÇÃO DE PREÇOS[1/] DO LEITE TIPOS B e C NA GRANDE SÃO PAULO-1975/77

(em 1000 l)

MÊS	1975				1976				1977			
	DISTRIBUIÇÃO			Relação de Preços:	DISTRIBUIÇÃO			Relação de Preços:	DISTRIBUIÇÃO			Relação de Preços:
	Tipo B	Total (B+C)	B / Total %	B / C	Tipo B	Total (B+C)	B / Total %	B / C	Tipo B	Total (B+C)	B / Total %	B / C
Janeiro	8.456	45.965	18,40	1,89	8.389	54.495	15,39	2,01	13.688	47.285	28,95	1,95
Fevereiro	8.194	43.142	18,99	1,80	9.951	50.618	19,66	2,01	13.822	37.855	36,51	1,92
Março	9.264	48.759	19,00	1,84	12.013	53.167	22,59	2,02	16.214	43.703	37,10	2,05
Abril	11.097	46.000	24,12	1,84	14.616	46.858	31,19	1,96	17.202	44.933	38,28	2,10
Maio	13.068	46.733	27,96	1,84	15.529	46.491	33,40	1,84	19.032	49.943	38,11	2,10
Junho	15.516	43.292	35,84	1,80	16.021	35.126	45,61	2,04				
Julho	9.332	49.667	18,79	1,90	16.506	44.700	36,93	2,06				
Agosto	9.234	52.167	17,70	2,09	17.243	45.402	37,98	1,93				
Setembro	9.212	51.515	17,88	1,98	16.972	48.555	34,95	1,95				
Outubro	9.152	54.777	16,71	1,98	15.920	51.771	30,75	1,95				
Novembro	8.426	53.720	15,69	1,99	14.348	51.900	27,65	1,94				
Dezembro	8.560	54.244	15,78	1,99	13.544	51.662	26,22	1,92				

1/ Preços médios mensais no varejo - São Paul

Fonte: IEA, SUNAB

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

Agroanalysis Rio de Janeiro, 1(16):22-25, set. 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal: 9.052 = ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Veloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais - Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais - Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais. - Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatísticas e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas - Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica - Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados - Eugenio Decourt